

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2023

**Altera a redação da Lei nº 345, de 20 de dezembro de 1991.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º - Altera a redação da Lei nº 345, de 20 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - Os policiais militares e bombeiros militares, enquanto no serviço ativo, ficam isentos do pagamento de passagem de ônibus de empresa concessionária de transporte intermunicipal, no Estado do Tocantins.

Parágrafo Único - .....

Art. 2º - Revogado;

Art. 2º - Ficam-lhe acrescentados dois artigos, numerados como art. 3º e 4º, renumerando o art. 3º para art. 5º:

“Art. 3º - As reservas de poltronas serão realizadas pessoalmente, conformes os seguintes requisitos:

I – O beneficiário deverá apresentar a identidade funcional no guichê da empresa de ônibus de transporte coletivo intermunicipal;

II – A empresa de transporte concederá até 02 (dois) assentos por veículo para lotação máxima, podendo aumentar esse número conforme a quantidade de assentos disponíveis existentes próximo ao horário de embarque;

III – No embarque, além do bilhete impresso, o beneficiário deverá apresentar o documento de identidade funcional que comprove a condição que se refere o art. 1º, desta Lei;

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

[Gab. Dep. Professor Júnior Geo] – [GDPIG]

Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N – Palmas – Tocantins

CEP 77.003-905 – Telefone: (63) 3212-5162/5163 – E-mail: [professorjuniorgeo90@al.to.leg.br]

[www.al.to.gov.br](http://www.al.to.gov.br)

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

IV – As reservas deverão ser realizadas no prazo máximo de até 15 (quinze) dias antes do embarque;

V- Na impossibilidade de viajar, o beneficiário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) horas antes do embarque, comunicar a empresa de ônibus, sob pena de ter o benefício suspenso até o pagamento do valor integral da passagem.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

### JUSTIFICATIVA

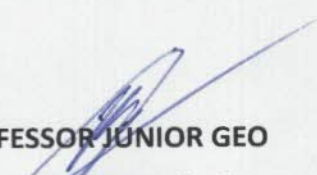
A presente Lei objetiva ofertar, aos Policiais Militares e Bombeiros Militares, gratuidade no transporte coletivo intermunicipal, haja vista que muitos destes servidores estão lotados em locais diversos daqueles nos quais residem.

Trata-se de profissionais indispensáveis para a segurança pública estadual que, muitas das vezes, são extremamente onerados pelas despesas com deslocamento entre municípios para cumprir o ofício.

Nesta senda, insta mencionar que o Poder Executivo Estadual deverá regulamentar esta Lei, oferecendo às empresas de transporte coletivo as contrapartidas necessárias para a implementação do benefício de gratuidade objeto desta propositura.

Além disso, o controle dos embarques dos servidores beneficiados será realizado pela autarquia estadual responsável.

Assim, dada a relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa para a aprovação do presente projeto de lei.



**PROFESSOR JÚNIOR GEO**  
Deputado Estadual



[Imprimir](#)

**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento:

**Peb77fd000ab10cde3c291cf9fe352eedK7849**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Data de Envio: **23/02/2023 17:24:26**

Descrição: **Altera a redação da Lei nº 345, de 20 de dezembro de 1991.**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
**PROFESSOR JÚNIOR GEO**

